



# MANUAL OPERACIONAL DO SIDEC

Versão 1.0

# **MANUAL OPERACIONAL DO SIDEC**

OUTUBRO/2023

1ª EDIÇÃO

# **Manual Operacional do SIDEC**

## **SECRETARIA DE FAZENDA DO PIAUÍ**

### **SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ**

Av. Pedro Freitas, 1900, 2º andar, Prédio CGE/ATI – Centro Administrativo

Bairro São Pedro – Teresina/PI – CEP: 64.018-900

Fones: (086) 3326-2000

Site: <http://www.cge.pi.gov.br>

E-mail: [cge@cge.pi.gov.br](mailto:cge@cge.pi.gov.br)

#### **Elaboração:**

Marcos Antonio Honorato

#### **Revisão Geral:**

Ana Virgínia da Silva Santos

Maria Milde Miranda Lemos

Raphael Teixeira de Araújo Lima

**GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**

Rafael Tajra Fonteles

**SECRETÁRIO DE FAZENDA DO PIAUÍ**

Emílio Joaquim de Oliveira Júnior

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO**

Maria do Amparo Esmério Silva

**DIRETOR DA UNIDADE DE CONTROLADORIA**

Kilmer Távora Teixeira

**DIRETOR DA UNIDADE DE AUDITORIA E MONITORAMENTO**

Décio Gomes de Moura

**SETOR REPONSÁVEL**

**GERÊNCIA DE PESSOAL E PREVIDÊNCIA**

Raphael Teixeira de Araújo Lima

## APRESENTAÇÃO

A Controladoria-Geral do Estado do Piauí (CGE-PI), Superintendência da Secretaria da Fazenda, órgão central de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, com fulcro na [Lei Complementar nº 7.884/2022 \(art. 21, § 2º\)](#), tem entre suas atribuições capacitar e orientar as equipes dos órgãos e entidades responsáveis pelo atendimento das obrigações tributárias acessórias no tocante às contribuições previdenciárias do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Nesse sentido foi elaborado o Manual Operacional para a geração e transmissão dos eventos da série R-2000 da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), através do Sistema de Declarações à Receita Federal (Sidec).

A EFD-Reinf é um dos módulos do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, a ser utilizado pelas pessoas jurídicas e físicas, em complemento ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).

Este Manual destina-se a orientar os usuários dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual quanto ao envio, por meio do Sidec, dos eventos da EFD-Reinf relacionados à retenção previdenciária devida na prestação de serviço mediante cessão de mão de obra ou empreitada, bem como aquelas retidas por substituição tributária nas aquisições de bens de produtores pessoa física.

Teresina, outubro de 2023

**MARIA DO AMPARO ESMÉRIO SILVA**  
Controladora-Geral do Estado do Piauí

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2. PASSO A PASSO PARA O PREENCHIMENTO DAS INFORMAÇÕES .....</b>	<b>9</b>
2.1. Informações do contribuinte .....	10
2.2 Tabela de processos administrativos/judiciais.....	14
2.3 Retenção de Contribuição Previdenciária - serviços tomados.....	15
2.4 Aquisição de produção rural .....	21
2.5 Reabertura dos Eventos da Série R-2000 .....	22
2.6 Fechamento dos Eventos da Série R-2000 .....	25
<b>3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES .....</b>	<b>27</b>
<b>4. DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>29</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf) atualmente está regulamentada pela [Instrução Normativa - IN nº 2043/2021](#), da Receita Federal do Brasil (RFB), conforme estabelece o inciso IV do art. 32 da nº Lei 8212/1991.

Os eventos da série R-2000 são aqueles que permitem a escrituração das informações referentes à retenção previdenciária devida quando o serviço é prestado mediante cessão de mão de obra ou empreitada e tem por objetivo apurar as contribuições sociais previdenciárias e as devidas a Terceiros, bem como aquelas retidas por substituição tributária nas aquisições de bens de produtores pessoa física.

A EFD-Reinf é um dos módulos do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), instituído pelo [Decreto Federal nº 6.022/2007](#), a ser utilizado pelas pessoas jurídicas e físicas, em complemento ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), cujos dados, após transmissão, serão recepcionados no *software* da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb), aplicação hospedada na plataforma online da RFB, por meio da qual será emitido o Documento de Arrecadação de Receitas Federais-DARF previdenciário.

### NOTA

Os Sistemas de Escrituração Eletrônica eSocial e EFD-Reinf substituirão a Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte-DIRF.

A EFD-Reinf é modularizada por eventos de informações, contemplando a possibilidade de múltiplas transmissões em períodos distintos, de acordo com a obrigatoriedade legal, sendo sua implantação feita por etapas. O Sistema de Declarações à Receita Federal (Sidec) também sofrerá alterações, uma vez que as informações necessárias para a substituição da DIRF estão em fase de implementação pela RFB.

O Sidec tem por finalidade gerar os arquivos eletrônicos, em XML, dos eventos da EFD-Reinf dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado, por intermédio do preenchimento de suas telas (campos do leiaute), conforme lista abaixo. Tais eventos devem ser transmitidos para o Sped, utilizando-se da certificação digital.

R-1000 - Informações do Contribuinte;

R-1070 - Tabela de Processos Administrativos/Judiciais;

R-2010 - Retenção de Contribuição Previdenciária - Serviços Tomados;

R-2055 - Aquisição de Produção Rural;

R-2098 - Reabertura dos Eventos Periódicos;

R-2099 - Fechamento dos Eventos Periódicos;

R-9000 - Exclusão de Eventos;

R-5001 - Informações de Bases e Tributos por Evento; (\*\*)

R-5011 - Informações de Bases e Tributos Consolidadas por Período de Apuração. (\*\*)

(\*\*) São gerados pelo sistema no retorno dos arquivos XML dos eventos R-2010, R-2055 e R-2099.

A documentação técnica, composta pelo Manual do Desenvolvedor, Tabelas Auxiliares dos Leiautes, Regras de Validação dos arquivos digitais (Eventos), Leiautes dos Eventos (arquivos digitais) e Manual de Orientação do Usuário, pode ser encontrada de forma atualizada no seguinte endereço eletrônico: <http://sped.rfb.gov.br/projeto/show/1196>.



## 2. PASSO A PASSO PARA O PREENCHIMENTO DAS INFORMAÇÕES

O Sidec é composto por quatro módulos básicos, entre os quais se encontram, além do que produz os arquivos dos eventos antes listados de nome Declarações, as Tabelas de Apoio e a parte de administração e segurança do programa.

O usuário deve acessar a [página do Sidec](#) por meio da qual deverá efetuar *login* no sistema, digitando o seu CPF e sua senha, conforme janelas a seguir mostradas (Figuras 1 e 2):

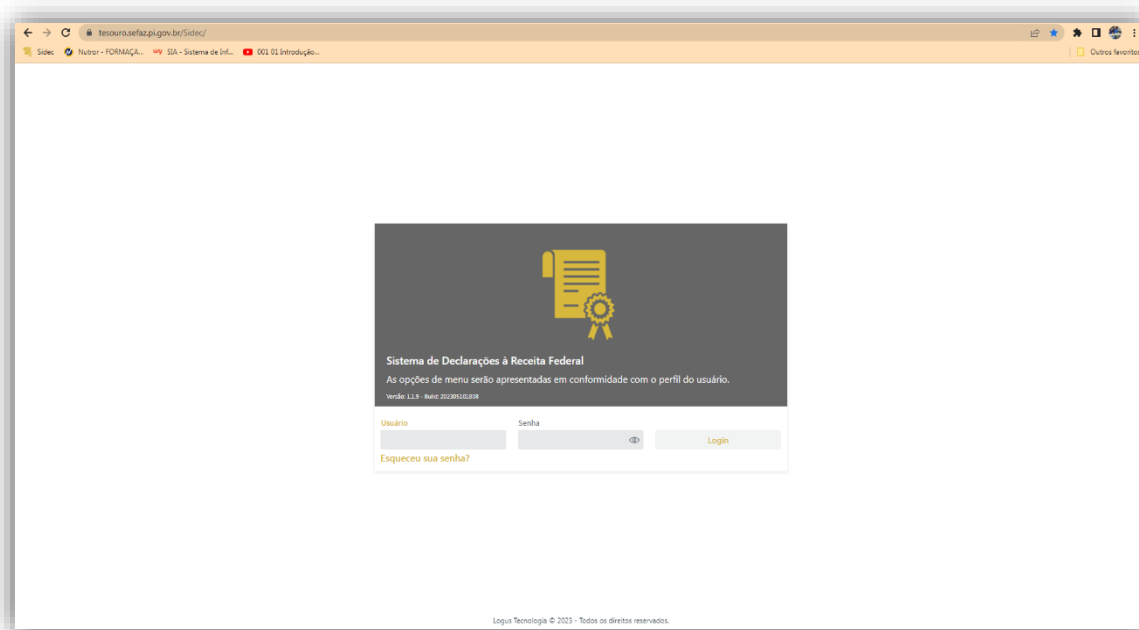


Figura 1 Tela de login no Sistema

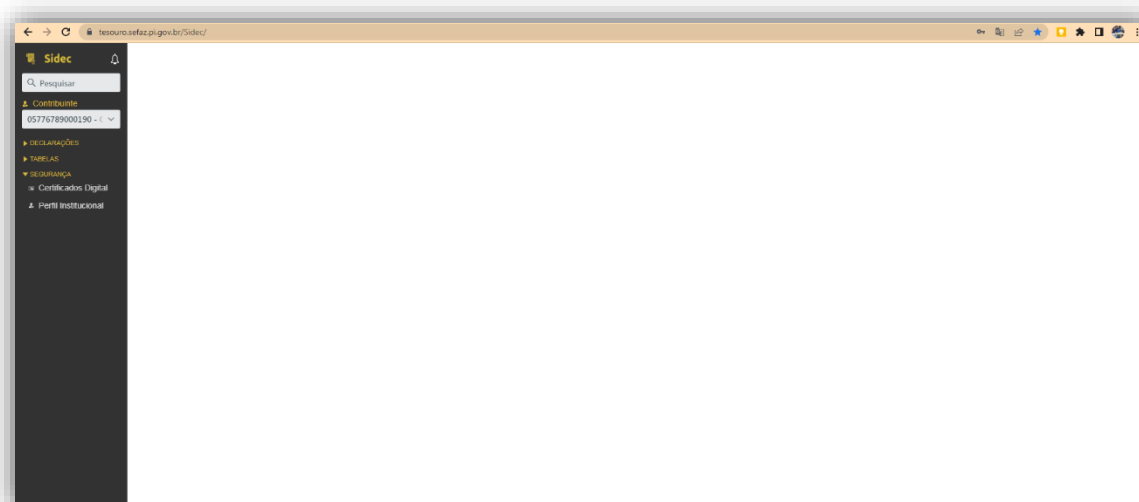


Figura 2 Tela inicial do Sistema

Para expandir ou contrair as funcionalidades dos menus principais do aplicativo, basta clicar nas opções constantes na parte lateral esquerda da janela em uso, de acordo com a Figura 3:

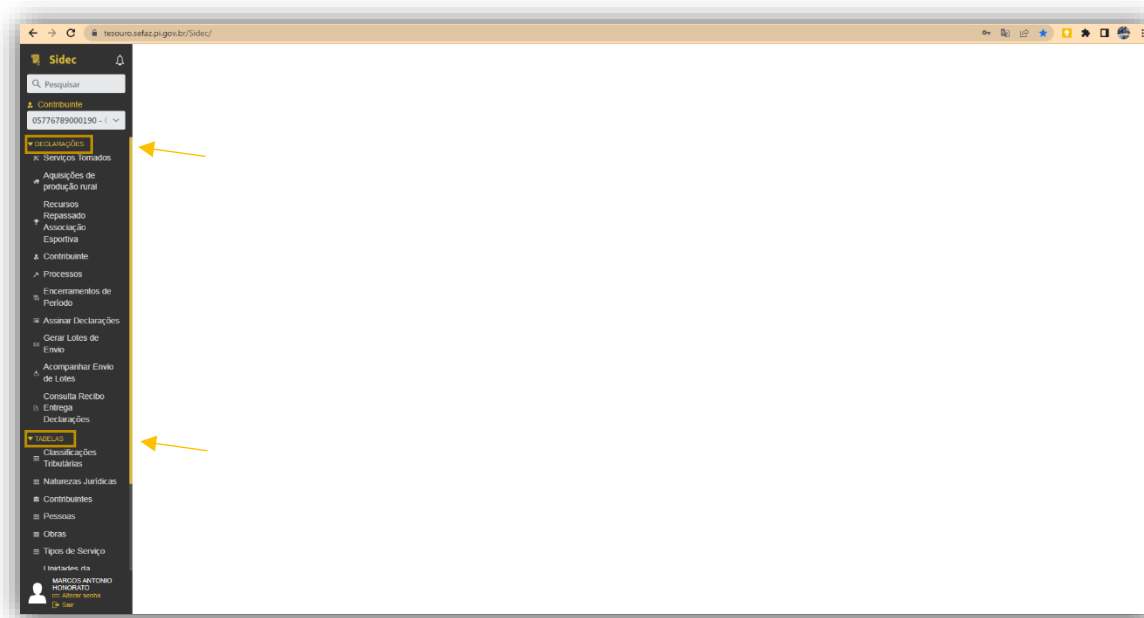


Figura 3 Indicação do campo para visualização das informações

## 2.1. Informações do contribuinte

Na funcionalidade **Declarações**, o primeiro arquivo digital da EFD-Reinf que deve ser preparado pelo sujeito passivo da obrigação é o **evento R-1000**, gerado na opção **Contribuinte** do sistema.

Este evento fornecerá informações de identificação e de enquadramentos para fins tributários do declarante, necessários ao preenchimento e validação dos demais eventos da obrigação acessória da RFB, inclusive para apuração de retenções e das contribuições sociais previdenciárias devidas. A utilização deste evento é compulsória para todos, quando iniciar a escrituração e sempre que ocorrer alguma alteração nas informações relacionadas aos campos envolvidos neste evento.

As informações exigidas nos campos do leiaute do **evento R-1000** podem ser alteradas no decorrer do tempo, desde que sejam remetidas até o dia quinze do mês subsequente aos fatos geradores a que se referem.

Os arquivos eletrônicos do evento, no formato XML, serão confeccionados pelo Sidec, bem como transmitidos para o ambiente do Sped, utilizando-se sempre certificado digital no padrão ICP Brasil. Para isso, deve-se abrir a janela na funcionalidade **Contribuinte** do menu

**Declarações** e clicar no botão **Incluir** (Figura 4), representado na barra de ferramentas pelo sinal + (mais):

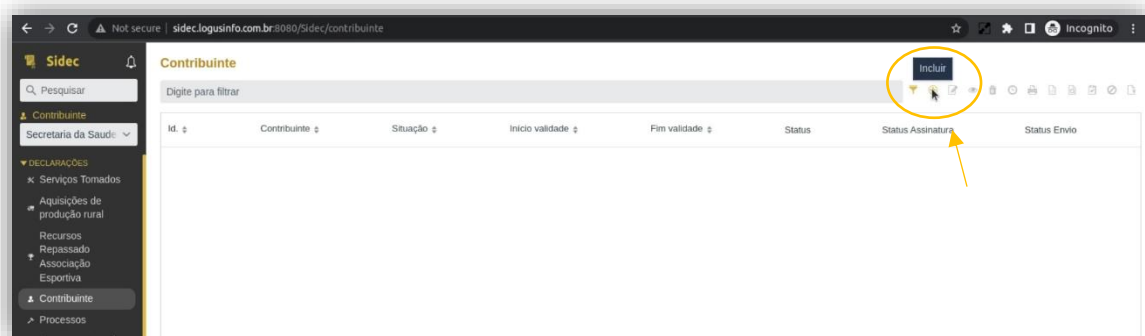


Figura 4 Indicativo do local para início da inclusão dos documentos

Logo em seguida, devem ser preenchidos os dados exigidos nos campos, finalizando-o com um clique no botão **Salvar e Sair** (Figura 5), exarado na barra de ferramentas existente na parte inferior da janela em uso:

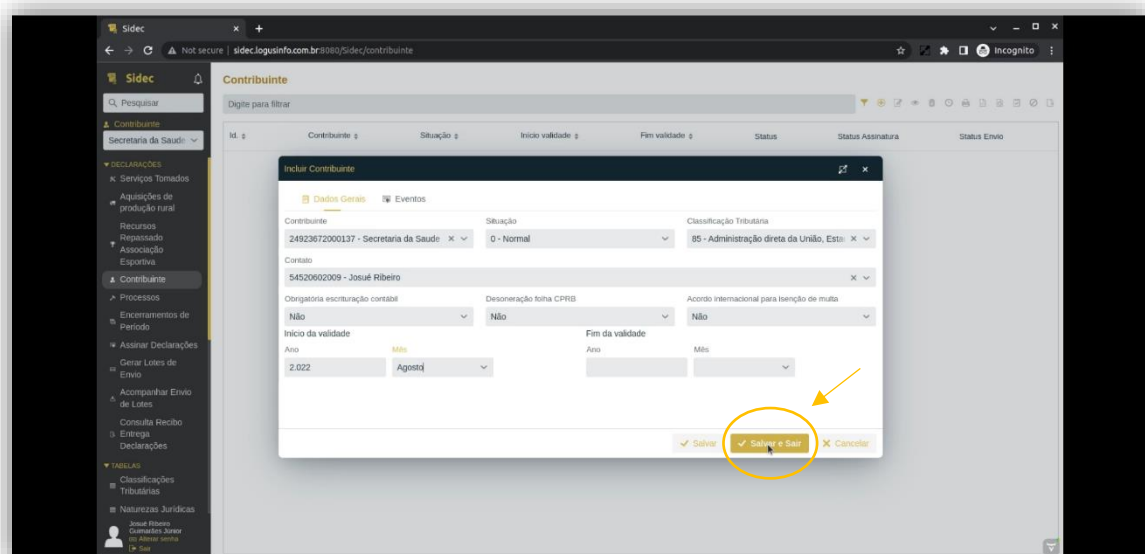


Figura 5 Janela aberta para preenchimento de dados

Após esse passo, na janela aberta, deve-se selecionar o registro da linha com os dados do contribuinte onde mostra o **status** (**Cadastramento**, **Não Assinada** e **Não Enviado**); clica-se nele, em seguida, no botão **Gerar Declaração** (Figura 6), representado por uma folha retangular. Os **status** da linha mudam para **Concluído**, **Aguardando Assinatura** e **Não Enviado** (Figura 7), criando-se, nesse momento, um arquivo eletrônico com os dados antes digitados.

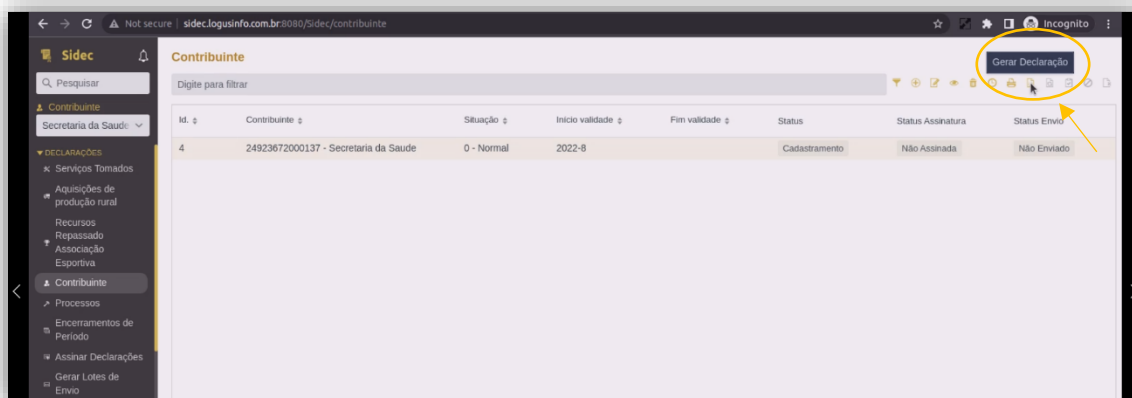


Figura 6 Botão para gerar declaração

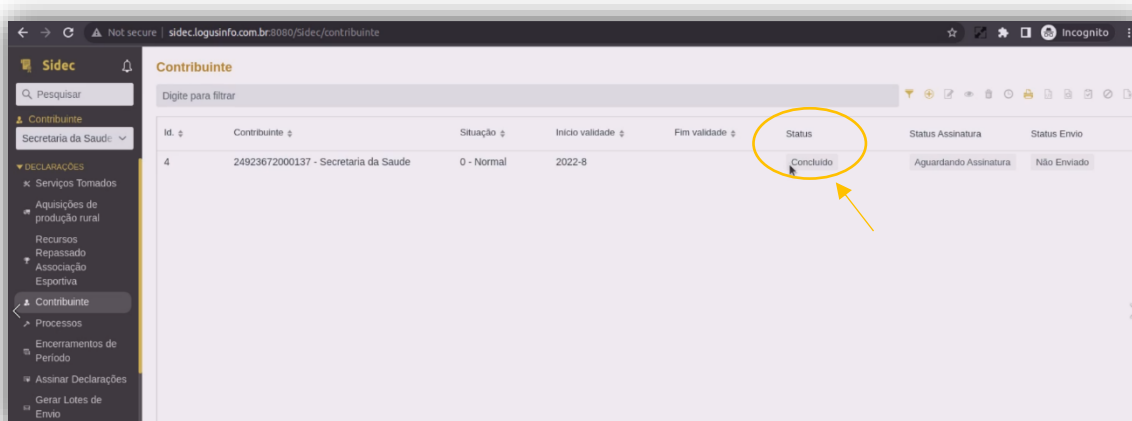


Figura 7 Indicação de status do contribuinte

Depois da criação do arquivo, o documento eletrônico do evento será obtido com a assinatura, via sistema ou Assinador Digital Logus. Para isso, clica-se na funcionalidade **Assinar Declaração** (Figura 8), no menu lateral esquerdo **Declarações**, em seguida, no botão da barra de ferramentas com o mesmo nome. Após essas ações, o documento aparece com os *status* de **Concluído**, **Assinada** e **Aguardando Envio** (Figura 9).



Figura 8 Indicação do local para assinar Declarações

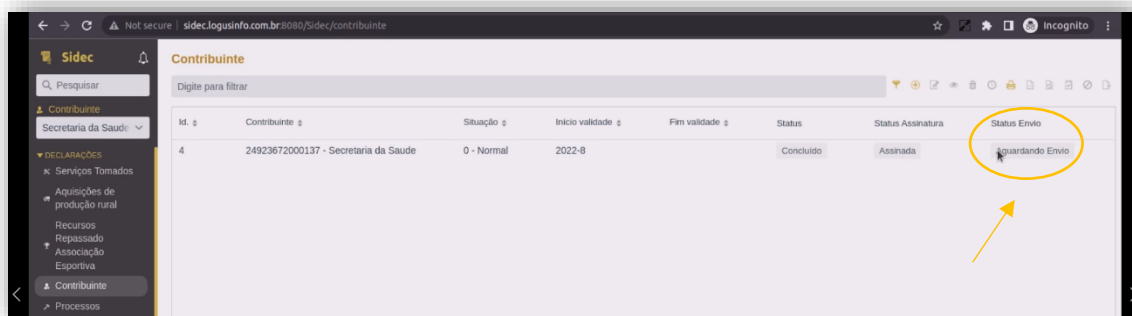


Figura 9 Indicação do Status do envio

O arquivo digital (documento eletrônico) do evento será remetido para o computador da RFB por meio da funcionalidade **Gerar Lote de Envio**, no menu **Declarações** do sistema. Para isso, seleciona-se a linha do registro da janela aberta e clica-se no botão da barra de ferramenta **Gerar Lote de Envio** (Figura 10).



Figura 10 Indicação de botão para gerar lotes de envio

A conclusão da ação deverá ser confirmada clicando-se novamente na funcionalidade **Contribuinte** do menu **Declaração**, quando será aberta uma janela com os status da linha apresentando as ações como **Cadastrado** (em cor verde), **Assinado** e **Enviado** (Figura 11), de acordo com a figura abaixo:

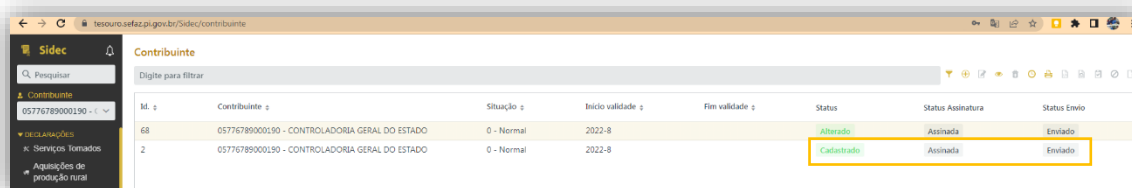


Figura 11 Situação do cadastro do contribuinte

Para promover alterações, porventura necessárias no Sidec, clica-se nos botões **Reabrir/Retificar** e em **Alterar** representados na barra de ferramentas pelo ícone de uma folha de papel com um círculo (Figura 12) e o outro por um lápis (Figura 13), seguindo os mesmos passos para a inclusão dos dados do Contribuinte na RFB.

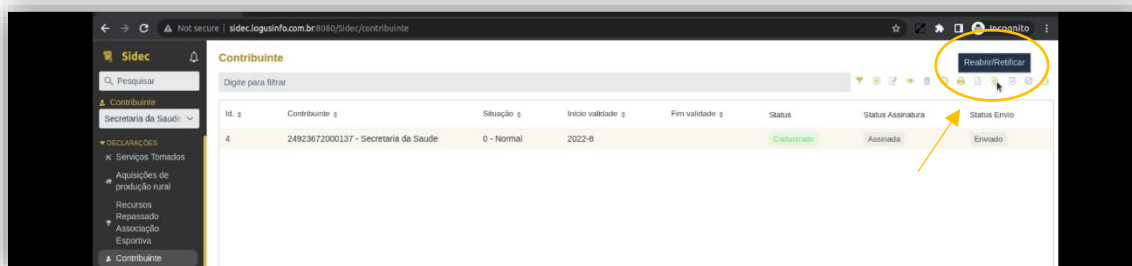


Figura 12 Indicação do botão para reabrir/retificar informações

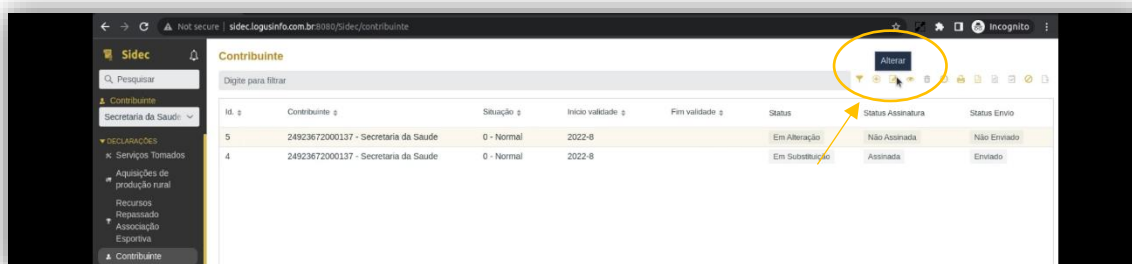


Figura 13 Indicação de ícone para alteração de informações

## 2.2 Tabela de processos administrativos/judiciais

O **evento R-1070** é aquele pelo qual se realiza a inclusão, alteração e exclusão de processos judiciais e administrativos que influenciam no cumprimento das obrigações previdenciárias. As informações consolidadas nesta tabela são utilizadas para validação de outros eventos da EFD-Reinf que repercutem no cálculo dos tributos devidos.

Por conseguinte, este evento deverá ser enviado para a RFB, antes da remessa de qualquer outro evento, no qual os dados do processo sejam necessários, pelo sujeito passivo beneficiário de decisão em processo administrativo/judicial, que tenha reflexos na apuração e retenção das contribuições do RGPS ou ainda se houver alteração da decisão durante o andamento do processo, bem como pelo sujeito passivo por substituição ao efetuar retenções.

Nesse cenário, no momento em que qualquer prestador de serviços apresentar nota fiscal de serviços com valor retido a menor ou mesmo sem retenção, que teria que ser retida, alegando que tem decisão administrativa ou judicial que ampara a medida, caberá ao fiscal do

contrato do órgão ou entidade em questão exigir Certidão de Inteiro Teor do feito, com a finalidade do setor financeiro escriturá-la no Sidec.

Cabe ressaltar que sempre será gerado um evento para cada processo e para suas alterações na UG, repercutindo nos eventos R-2010 e R-2055 para o CNPJ do prestador de serviços beneficiário da liquidação da despesa em epígrafe. Os procedimentos para criação do documento eletrônico em XML do evento e sua remessa para a RFB são idênticos aos do R-1000 (Figura 14).

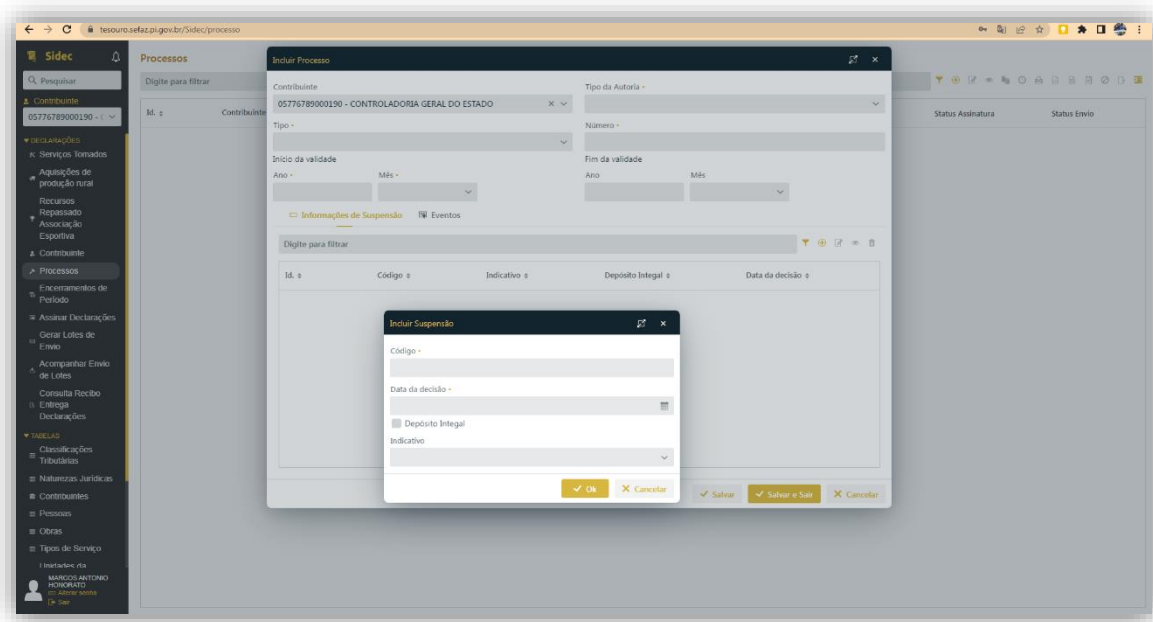


Figura 14 Incluir processo administrativo/judicial

## 2.3 Retenção de Contribuição Previdenciária - serviços tomados

O evento R-2010 é aquele pelo qual são enviadas as informações relativas aos serviços contratados mediante cessão de mão de obra ou empreitada, com as correspondentes informações sobre as retenções previdenciárias, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.212/1991, bem como do inciso VI do art. 30 desta mesma Lei.

Os órgãos públicos, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista (a exemplo da Companhia Ferroviária e de Logística do Piauí – CFLP e Empresa de Gestão de Recursos do Piauí - Emgerpi), cuja execução orçamentária e financeira são efetuadas no SIAFE-PI, quando forem tomadores de serviços executados mediante cessão de mão de obra ou empreitada, constantes na Tabela 06 da documentação técnica da EFD-Reinf, com retenção das contribuições do RGPS, ou sua dispensa por decisão judicial ou administrativa, **deverão** confeccionar, no Sidec, os arquivos digitais desta obrigação acessória. A transmissão deve ser realizada com utilização de certificado digital no padrão ICP Brasil, para a RFB, **até o dia 15 do mês seguinte ao da emissão das notas fiscais** daqueles serviços tomados. Antecipa-se sempre o envio para o dia útil imediatamente anterior, se aquele não for útil.

Cumpra lembrar que as retenções das contribuições previdenciárias do RGPS e demais dados constantes neste evento serão confrontados, pela RFB, em procedimento de auditoria eletrônica, com os dados do evento R-2020 Retenção de Contribuição Previdenciária - Serviços Prestados, enviado àquele órgão arrecador e fiscalizador federal pelo prestador de serviços, com as mesmas informações apresentadas pelo tomador dos serviços.

Portanto, os dados dos arquivos eletrônicos terão que ser construídos e remetidos com muito zelo, já que qualquer discrepância poderá gerar multa aplicada pelo fisco federal por descumprimento de obrigação acessória.

Nesse contexto, será de extrema importância a estratégia de não permitir que fique para a execução orçamentária do ano seguinte despesas de exercícios anteriores com retenção de contribuições do RGPS, tendo em vista que, além da multa e juros de mora pelo atraso no pagamento do tributo, a EFD-Reinf do mês de emissão da nota fiscal de serviços terá que ser retificada e, ainda, a DCTFWeb, composta também pelos arquivos do eSocial, exigirá sempre a reindexação dos pagamentos, para que não haja recolhimento em duplicidade no mês da competência retificada.

Para a correta aplicação deste evento, com fulcro nos arts. 116 ao 121 da IN RFB nº 2110/2022, a SEFAZ/CGE orienta que o servidor fiscal do contrato do órgão ou entidade que receber e atestar os serviços, bem como os documentos fiscais dos prestadores de serviços, **exija que seja discriminado, de forma detalhada, os valores das retenções feitas, dos seus adicionais, das bases de cálculo, dos valores de materiais, de equipamentos, do custo da alimentação e do vale-transporte que as reduziu, como também os valores não retidos devido a medidas judiciais, administrativas ou subcontractações existentes.**

Esse procedimento deve ser realizado por meio de relatório anexo ou na nota fiscal de serviços para que o setor financeiro possa exarar, no Sidec, os registros necessários com o objetivo de cumprir a legislação da EFD-Reinf, inclusive o enquadramento no tipo de serviço da Tabela 06 que o prestador registrará no evento R-2020.

O arquivo eletrônico em exame deverá ser confeccionado, no formato XML, pelo Sidec. Para tanto, abre-se a janela da funcionalidade **Serviços Tomados** do menu **Declarações**, clicando no botão **Incluir**, representado na barra de ferramentas pelo sinal + (mais), preenchendo-a, com os dados exigidos, todos os campos ali aplicáveis ao sujeito passivo, de acordo com as figuras abaixo:



Figura 15 Janela de inclusão de informações de Serviço Tomado

#### NOTA

Devem ser incluídos, no estabelecimento do tomador, o tipo do serviço, os dados do prestador de serviços, se ele optou pela Contribuições do RGPS sobre a Receita Bruta - CPRB, e ainda, informar o ano e período da competência mensal da EFD-Reinf preparada (Figura 15).

Figura 16 Janela de inclusão de informações de Serviço Tomado

#### NOTA

Se for o caso de inclusão de obras, deve-se informar a modalidade de contratação, os dados da empresa construtora, se ela optou pela Contribuições do RGPS sobre a Receita Bruta – CPRB e, ainda, informar o ano e período da competência mensal da EFD-Reinf preparada (Figura 16).

Logo em seguida devem ser inseridos os dados das Notas Fiscais de Serviços (Figuras 17 e 18):

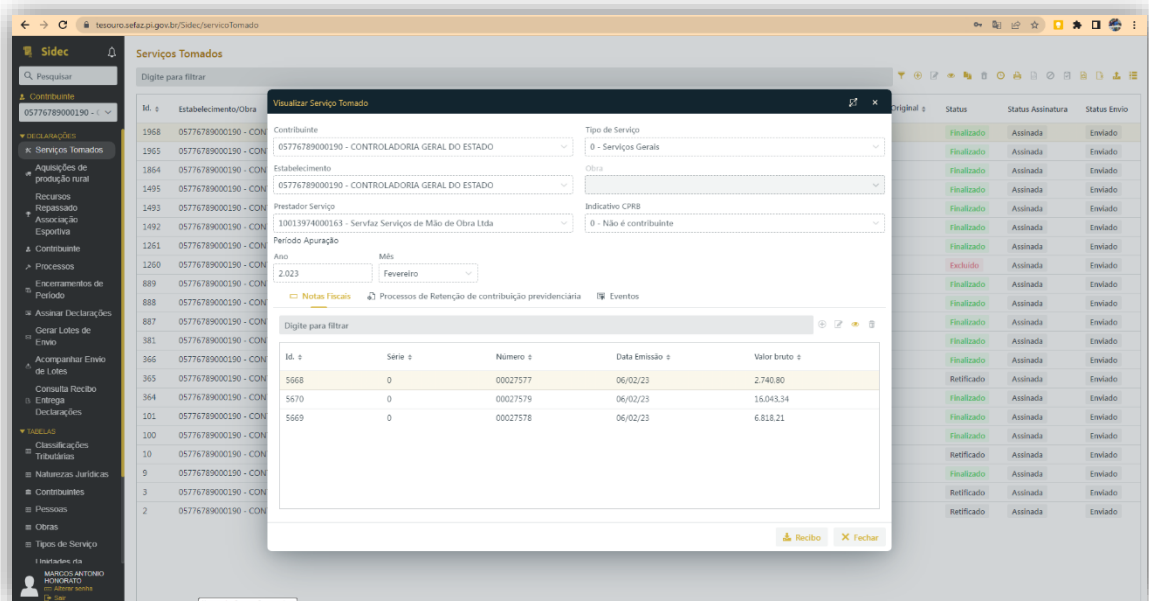


Figura 17 Lista das notas fiscais de serviços prestados

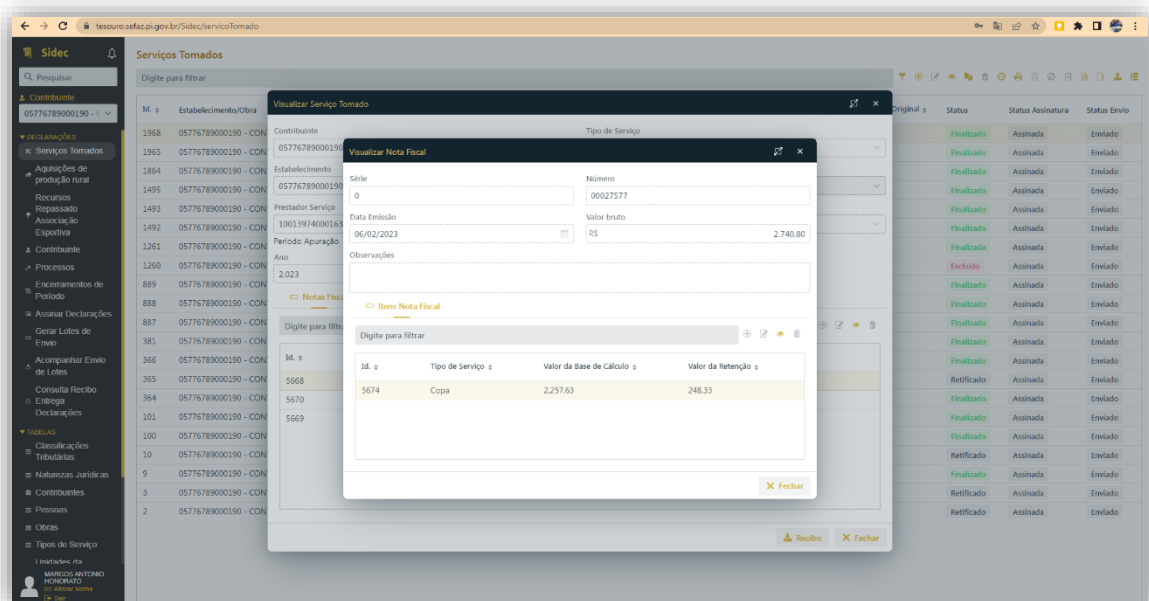


Figura 18 Janela de visualização da nota fiscal

Após inclusão desses documentos, deve-se inserir o tipo de serviço (itens da licitação) constante na Nota Fiscal, conforme disposto na Figura 19:

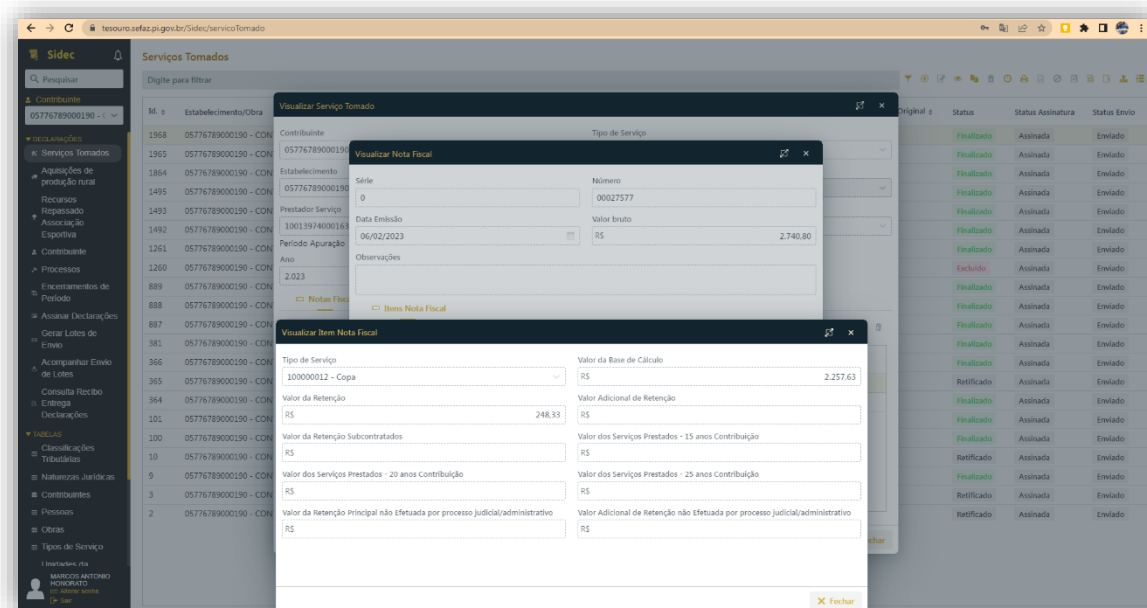


Figura 19 Inclusão do tipo de serviço

Os procedimentos de geração da declaração, sua assinatura e transmissão do arquivo em XML do evento R-2010 para a RFB são idênticos àqueles definidos para o evento R-1000, exceto que na linha aparecerá **Em Andamento**, em vez de **Cadastramento**, bem como **Concluído**, em vez de **Cadastrado**.

As alterações, porventura necessárias, caso o movimento do mês ainda não esteja encerrado, serão confeccionadas no Sidec, clicando-se nos botões **Reabrir/Retificar** (Figura 20), representados na barra de ferramentas pelo ícone de uma folha de papel com um círculo, quando será gerado o arquivo eletrônico do registro a ser modificado.

O arquivo eletrônico gerado será apresentado com o número de identificação na linha do registro em alteração com os *status* de **Em Retificação**, **Não Assinada** e **Não Enviado** (Figura 21). Posteriormente, deve-se clicar no botão **Alterar** (Figura 22), representado pelo ícone de um lápis, executando-se os ajustes necessários. Após esta etapa será necessário gerar a declaração, assiná-la e enviar o documento eletrônico do evento para a RFB, seguindo os mesmos passos para a inclusão dos dados do evento original retificado.

Cumpra alertar que caso o movimento do mês já tenha sido encerrado com a transmissão do evento R-2099, será obrigatório, primeiro, sua reabertura com a remessa do evento R-2098.

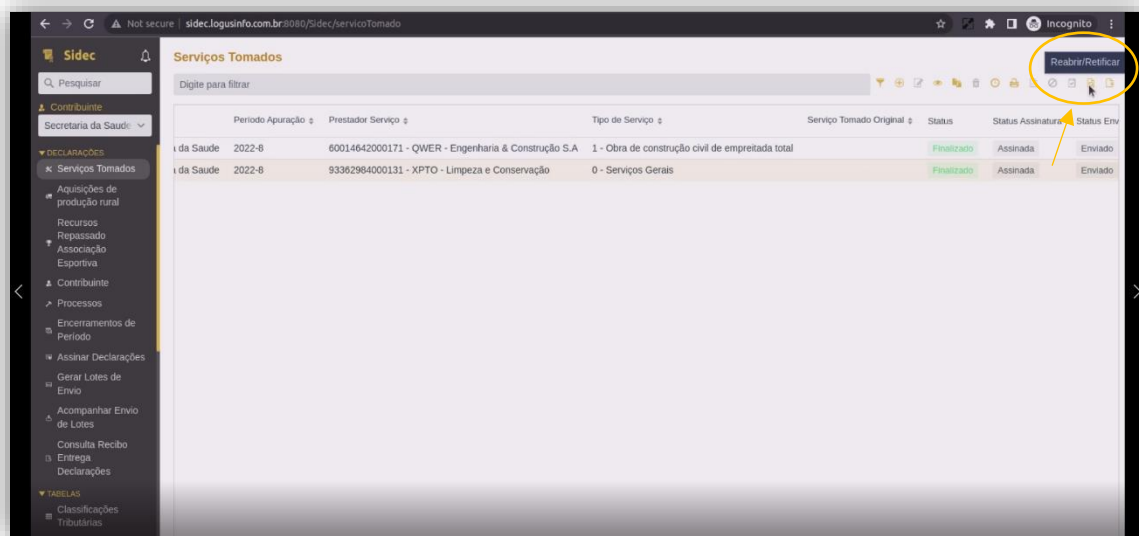


Figura 20 Ícone para reabrir/retificar informações dos serviços tomados

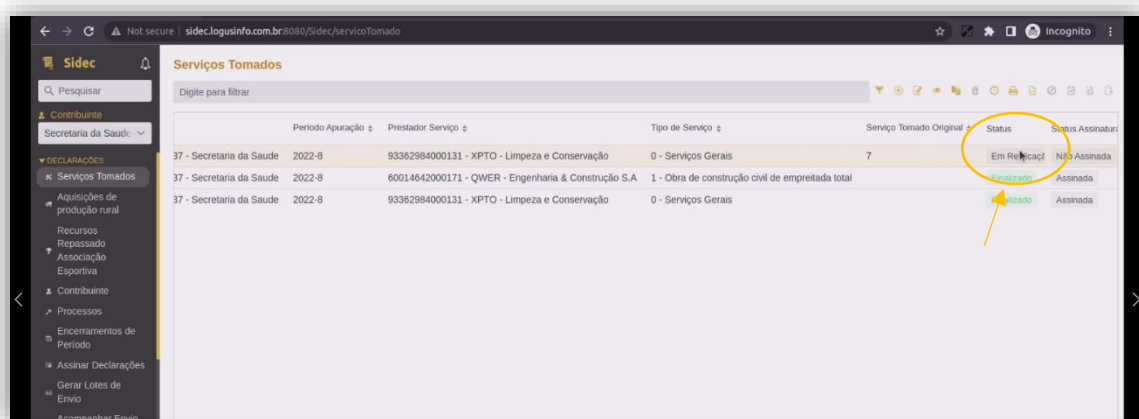


Figura 21 Indicação do status de cada serviço tomado

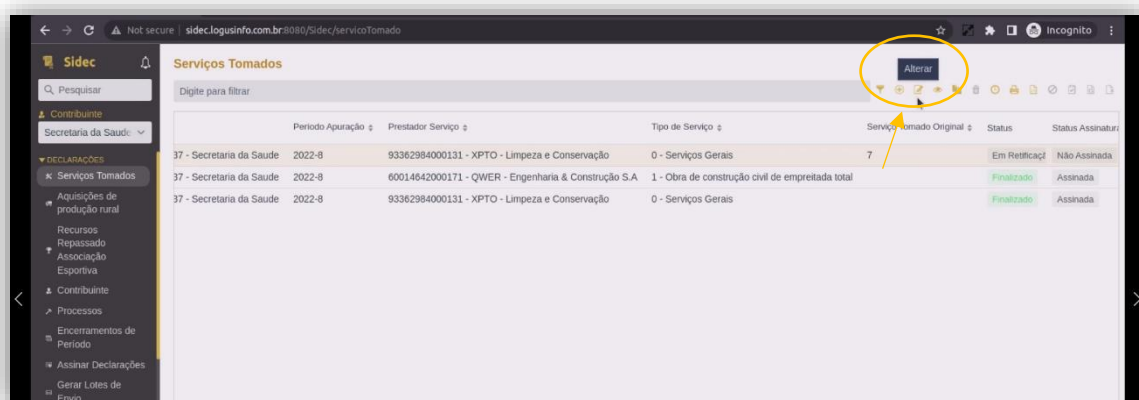


Figura 22 Ícone para alterar informações de serviços tomados após envio das informações

## 2.4 Aquisição de produção rural

O **evento R-2055** é aquele pelo qual são enviadas as informações relativas à aquisição de produção rural de origem animal ou vegetal decorrente de responsabilidade tributária por substituição, nos termos da legislação pertinente, independentemente dessas operações terem sido realizadas diretamente com o produtor ou com intermediário pessoa física, ainda que a produção rural adquirida seja isenta.

Assim, toda a aquisição de produção rural deve ser informada e enviada até o dia 15 do mês seguinte, mesmo que não tenha havido retenção de contribuição previdenciária. Antecipe-se o envio para o dia útil imediatamente anterior, se aquele não for dia útil.

Dessa maneira, o órgão ou entidade do Poder Executivo do Estado do Piauí, adquirente de produção, encaminhará um evento para cada estabelecimento ou produtor rural, em um determinado período de apuração (mês).

Em vista disso, um evento pode conter as informações de diversas aquisições ocorridas num mesmo período de apuração, de um mesmo produtor rural, com seus valores apurados e somados, ou seja, a estrutura é semelhante à do evento R-2010.

O valor bruto da aquisição a ser lançado no aplicativo será o montante mensal por CPF nas Notas de Liquidação da inscrição genérica PF0000028, da guia Credor Genérico, da aba Execução, do módulo Apoio, do SIAFE-PI.

Por conseguinte, com orientação da SEFAZ e assessoria da CGE, o servidor fiscal do contrato do órgão ou entidade que receber os produtos e os documentos fiscais, deverá ser instruído para registrar todas as ocorrências sobre base de cálculo, valor da retenção, sua dispensa devido à medida judicial ou administração e tributação sobre a folha de pagamento de forma discriminada, em relatório anexo, ou no documento fiscal, antes de enviar o processo para o setor financeiro.

Os procedimentos de geração da declaração, sua assinatura e transmissão do arquivo em XML, como também ratificação do evento R-2055 para a RFB, são idênticos àqueles definidos para o evento R-1000 e o R-2010 (Figuras 23 e 24).

Realça-se que as retenções das contribuições previdenciárias do RGPS e demais dados constantes neste evento serão confrontados, em procedimento de auditoria eletrônica, na RFB, com os dados do evento S-1260 - Comercialização da Produção Rural Pessoa Física, do eSocial. Portanto, será sempre importante a conformidade no registro dos dados do Sidec, para que se evite multa aplicada pelo fisco federal por descumprimento de obrigação acessória devido a divergência de informações prestadas.

Este evento é síncrono, ou seja, para cada arquivo R-2055 enviado, será retornado automaticamente, pelo sistema, por meio do recibo confirmando o processamento do arquivo, um evento R-5001.

Figura 23 Janela de inclusão de informações de produção rural

Figura 24 Lista de seleção quanto ao indicativo de aquisição

## 2.5 Reabertura dos Eventos da Série R-2000

O evento R-2098 é aquele pelo qual se reabre o movimento de um período já encerrado, possibilitando o envio de retificações, de exclusões ou de novos eventos periódicos, sendo que a reabertura poderá ser realizada a qualquer tempo. Contudo, o evento R-2099 já deve ter sido enviado anteriormente, nesse sentido, o evento R-2098 somente pode ser enviado em relação a um período de apuração que já esteja encerrado.

O evento será gerado clicando na funcionalidade **Encerramento de Período** do menu **Declarações** posteriormente, deve-se clicar na linha do período a ser reaberto e no botão da barra de ferramentas **Reabrir Período**, representado pelo ícone com o formato de uma seta virada para esquerda (Figura 25). Neste momento, será gerado um arquivo eletrônico (Figura 26), o qual aparecerá com os *status* de **Em Processo de Reabertura**, **Não Assinado** e **Não Enviado**. O arquivo deverá ser assinado (Figura 27), seguindo os procedimentos normais antes citado para esta ação, mudando os *status* para **Em Processo de Reabertura**, **Assinado** e **Aguardando Envio** (Figura 28), criando-se, neste momento, um documento eletrônico, que deverá ser enviado para a RFB seguindo as instruções anteriores, de acordo com as figuras abaixo:

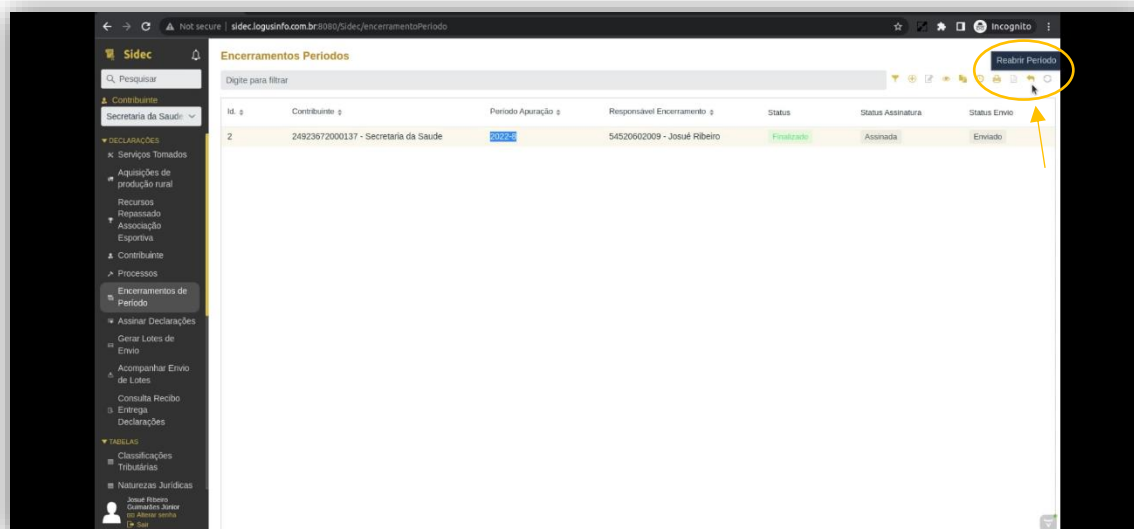


Figura 25 Indicação para reabertura do período

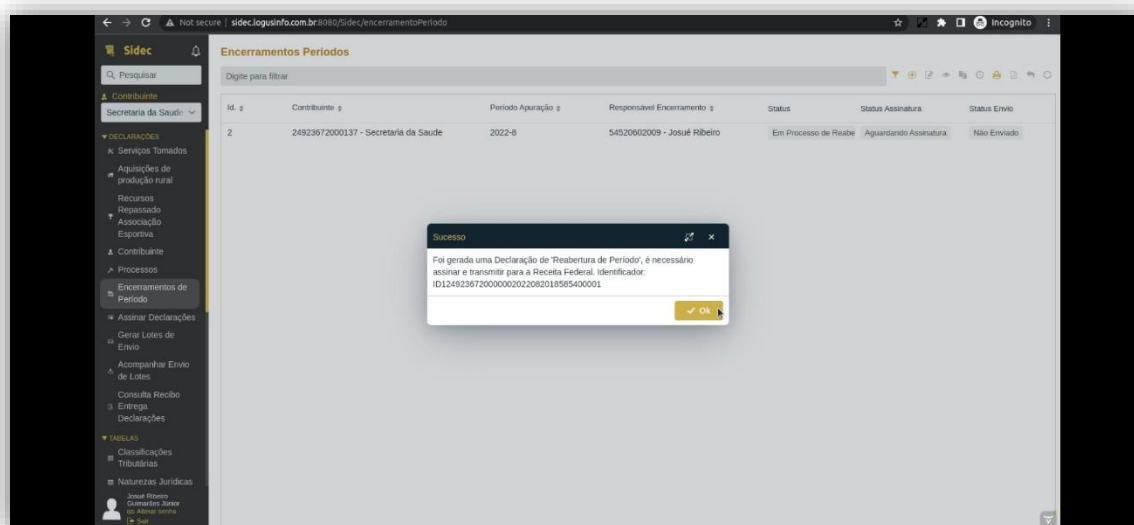


Figura 26 Janela de confirmação da Declaração de Reabertura de Período gerada

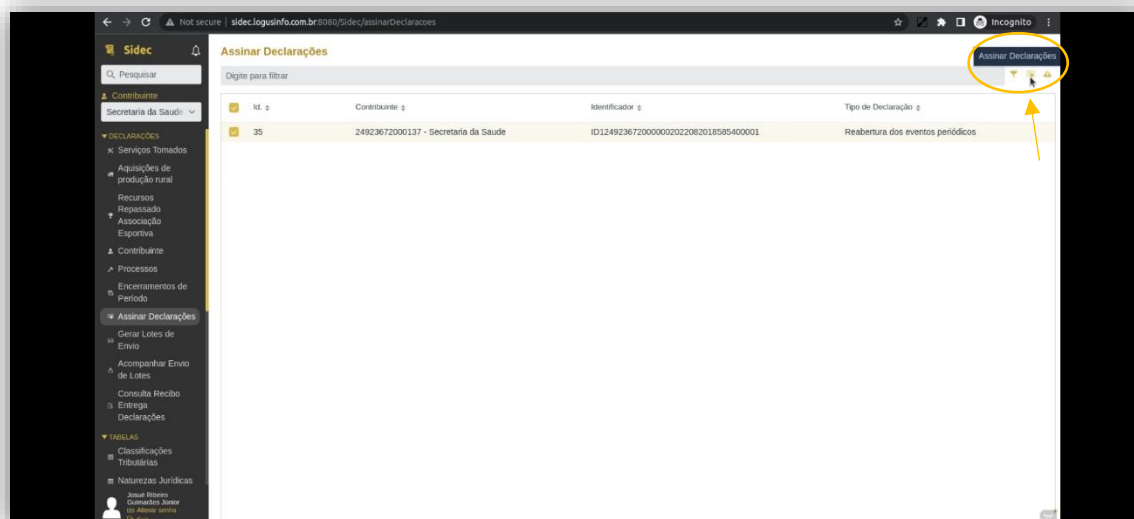


Figura 27 Indicação de ícone para assinar Declaração

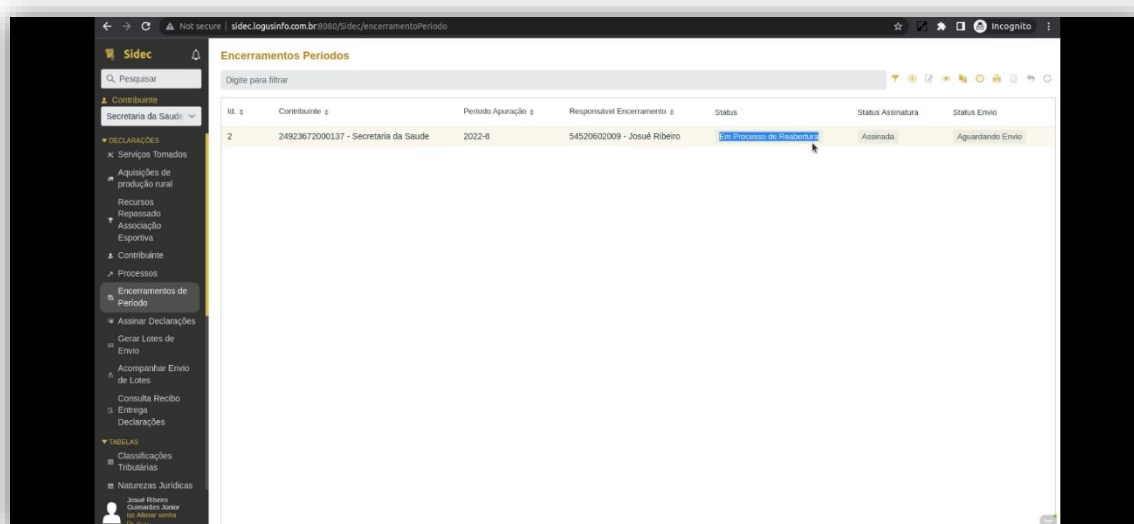


Figura 28 Indicação do status do processo



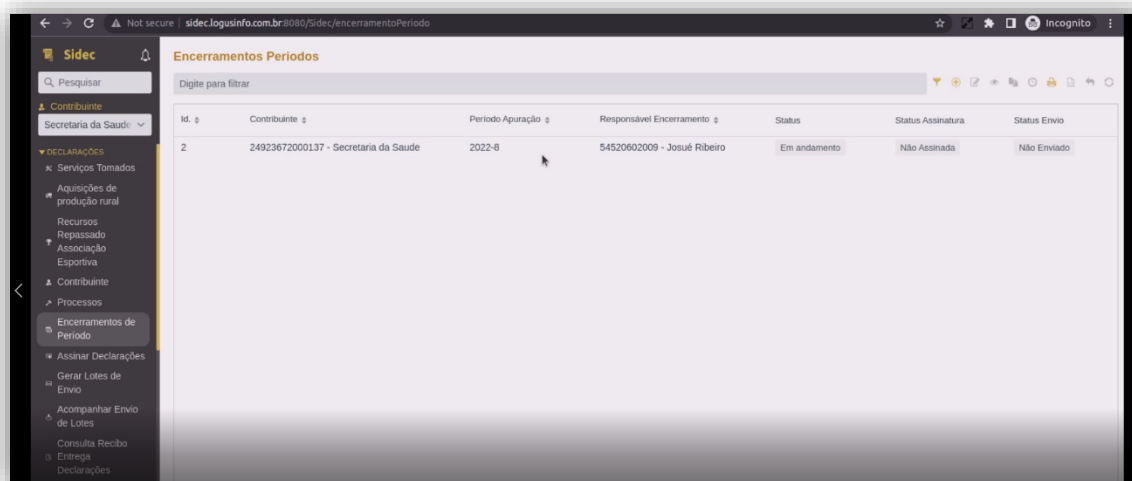


Figura 29 Documento eletrônico pronto para ser assinado

Neste caso, o período fica aberto e disponível para que se faça as alterações necessárias, quando será novamente encerrado (Figura 29).

## 2.6 Fechamento dos Eventos da Série R-2000

O evento R-2099 é aquele pelo qual se informa o encerramento da transmissão dos eventos periódicos na EFD-Reinf em determinado período de apuração, momento no qual todas as informações prestadas relativas ao movimento do mês da série R-2000 são consolidadas e enviadas para a base de dados da DCTFWeb, que passará ao *status* de **Em Andamento**. Neste passo, **todos os sujeitos passivos deverão transmiti-lo até o dia 15 do mês subsequente ao mês da competência do encerramento, antecipando-se o prazo para o dia útil imediatamente anterior, caso aquele não seja útil**. Este evento deverá ser transmitido, ainda que houver reabertura de um período, ou seja, sempre que existir o evento R-2098, haverá depois o evento R-2099.

Este evento é assíncrono e não pode ser enviado em lote, somente um por vez, dessa forma, o fechamento dos eventos periódicos e a validação do conteúdo lógico dos seus arquivos dar-se-ão em dois momentos sucessivos:

1º - Logo após a transmissão, concluída com a emissão de um protocolo de entrega (comprovante provisório), utilizado para busca do recibo de entrega. Ressalta-se que o Protocolo não atesta o cumprimento da obrigação acessória.

2º - Emissão de um recibo de entrega ou de uma mensagem de erro, a depender do resultado das validações efetuadas no movimento e no evento de fechamento.

Caso as validações efetuadas tenham resultado positivo, será feita emissão do recibo de entrega à UG respectiva (sujeito passivo), o qual se constitui no comprovante do

cumprimento da obrigação acessória relativamente ao movimento do período e retorno automático do evento 5011.

**NOTA**

Sempre que um mês qualquer do movimento da EFD-Reinf de uma UG for reaberto com o envio do evento R-2098, o procedimento das informações acima terá de ser executado para ela.

O arquivo eletrônico, no formato XML, será confeccionado pelo Sidec, bem como transmitido para o ambiente do Sped, utilizando-se sempre certificado digital no padrão ICP Brasil, abrindo-se a janela na funcionalidade **Encerramento do Período** do menu **Declarações**, clicando-se no botão **Incluir**, representado na barra de ferramentas pelo sinal + (mais), preenchendo, com os dados exigidos, todos os campos ali aplicáveis ao sujeito passivo, finalizando-o com um clique no botão **Salvar e Sair**, exarado na barra de ferramentas existente na parte inferior da janela em uso.

Os procedimentos de geração da declaração, sua assinatura e transmissão do arquivo em XML são idênticos àqueles definidos para outros eventos, entretanto será necessário voltar na janela de **Encerramento** do período (Figura 30) e clicar na linha da declaração e no botão **Atualizar**, identificado pelo ícone com formato de um círculo. Depois desta ação, os *status* na linha que estavam em **Concluído**, **Assinada** e **Enviado**, passarão para **Finalizado**, na cor verde, **Assinada** e **Enviado**.

Neste momento, as informações da UG são recepcionadas no repositório da DCTFWeb, na base de dados da RFB, a qual aparecerá com o *status* de **Em Andamento**. Ato contínuo, a Declaração deve ser transmitida para aquele órgão fazendário federal, utilizando-se certificado digital, com a finalidade de possibilitar a emissão, no botão constante da mesma, do DARF alusivo às contribuições do RGPS, decorrentes da escrituração eletrônica da EFD-Reinf.

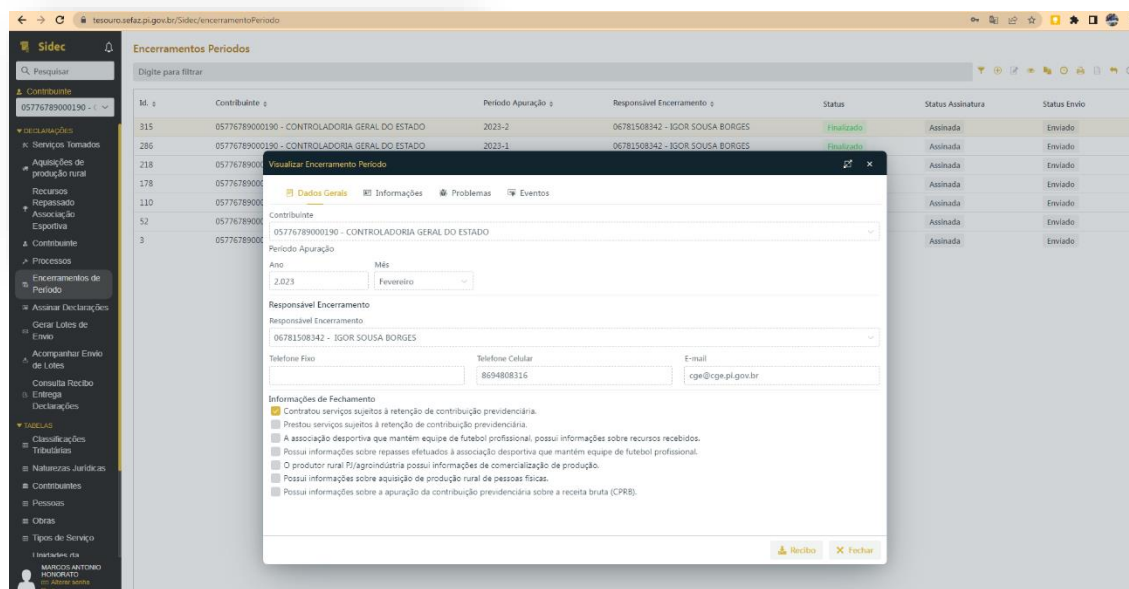


Figura 30 Janela com os dados da UG

### 3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

3.1 Na funcionalidade Tabela, encontram-se opções existentes para auxiliar e racionalizar a confecção dos eventos da obrigação acessória da RFB, a saber:

1 - **Classificação Tributária** - onde se obtém os códigos que permitem verificar quais espécies de contribuições sociais previdenciárias são devidas para cada tipo de sujeito passivo. A padronização deles é feita pela RFB e estão discriminados na Tabela 08 do anexo I do leiaute da EFD-Reinf, sendo utilizados na confecção do arquivo em XML do evento Contribuinte (R-1000);

2 - **Contribuintes** - onde se localizam o tipo de pessoa, a natureza jurídica, o nome e o CNPJ do contribuinte; se permite cadastrar obra, o Ente Federativo responsável por ele, se for o caso; e ainda o local em que fica armazenado o Certificado Digital, utilizado na transmissão dos dados, dos arquivos eletrônicos em XML, dos eventos do sujeito passivo para o órgão fazendário federal;

3 - **Pessoas** - repositório no qual estão armazenadas informações das pessoas jurídicas que prestam serviços sujeitos à retenção das contribuições do RPPS ao Governo do Estado, dos produtores rurais que fornecem bens a alguns órgãos ou entidades do Poder Executivo, dos responsáveis pela execução de atividades no SIDEc, cujos dados são utilizados nos seguintes eventos: Contribuinte; Serviços Tomados; Aquisições de Produção Rural; e Encerramento do Período;

4 - **Obras** - onde serão cadastradas as obras, como também o número do seu CNO (Cadastro Nacional de Obras) na RFB, contratadas pelos órgãos ou entidades do Governo do Estado, cujas informações serão utilizadas na confecção do evento de Serviços Tomados, agilizando-se, assim, a sua construção, com a mitigação de erros;

5 - **Tipos de Serviço** - onde estão registradas as categorias de serviços executados mediante cessão de mão de obra ou empreitada, constantes na Tabela 06 do Anexo I dos leiautes da EFD-Reinf, as quais serão usadas na confecção do evento Serviços Tomados (R-2010), sempre que for cadastrado uma nota fiscal de serviços no SIDEC;

6 - **Unidade da Federação** - onde se encontram dados dos Estados Brasileiros, extraídos dos arquivos do IBGE, necessário para a construção do evento Processos (R-1070);

7 - **Municípios** - onde se encontram dados dos municípios dos Estados Brasileiros, extraídos dos arquivos do IBGE, necessário para a construção do evento Processos (R-1070);

8 - **Vara** - repositório para o preenchimento das informações relativas à vara judicial, do evento Processos, quando existir aqueles judiciais, necessário para a construção do evento Processos (R-1070). Nesses casos, devem ser considerados os dados da vara da instância originária (vara de distribuição).

3.2 Na funcionalidade **Segurança do Sistema**, encontram-se opções existentes com a finalidade de:

1 - Definir o papel de quem a ele se conectar, dividido de acordo com o seu perfil em Administrador e Usuário, conforme as telas que os mesmos terão acesso;

2 - Local para configurar certificado digital do tipo A1 e e-CPF do responsável pelo sujeito passivo perante a RFB ou do seu procurador com a finalidade de que o Sidec faça a assinatura digital dos eventos a serem enviados à RFB.

3.3 Na funcionalidade Administração do Sistema, encontram-se as seguintes abas empregadas na configuração dele:

1 - **Dados Gerais** - local para fazer a *Webservice* entre o computador do sujeito passivo e o da RFB e ainda a extração e *download* do seu certificado público. Essa integração será usada para enviar os arquivos em XML dos eventos gerados no Sidec para o ambiente digital da EFD-Reinf, sendo eles assinados também pela RFB, no momento do retorno dos seus dados para o sistema. Isso poderá ser visualizada na funcionalidade **Acompanhar Envio de Lotes**. Este também é o local da barra de endereço empregada para customizar o **Assinador Digital**, desenvolvido pela empresa LOGUS, o qual sempre terá de estar aberto antes de efetuar a assinatura do arquivo eletrônico dos eventos;

2 - **Certificado Digital** - onde é possível fazer um arranjo, com o objetivo de um sujeito passivo transmitir os eventos da EFD-Reinf de outro, mediante procuração passada no e-CAC.

## **4. DISPOSIÇÕES FINAIS**

Por fim, vale destacar os seguintes pontos que devem ser observados pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo em relação à EFD-Reinf:

1 - O período de apuração da contribuição previdenciária incidente sobre o serviço prestado mediante cessão de mão de obra ou empreitada é o da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura, conforme determina o art. 31 da Lei Federal nº 8.212/1991;

2 - Realizar os lançamentos das notas fiscais no Sidec em tempo hábil de gerar os arquivos da EFD-Reinf, transmiti-los para RFB e, consequentemente, gerar a DCTFWeb, a qual deve ser enviada mensalmente até o dia 15 do mês seguinte ao da ocorrência dos fatos geradores. Caso neste dia não haja expediente bancário, antecipa-se para o dia útil imediatamente anterior;

3 - Observar o prazo de recolhimento das contribuições previdenciárias, objeto deste Manual, cuja realização deverá ser efetuada até o dia 20 do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura, ou até o dia útil imediatamente anterior se não houver expediente bancário naquele dia;

4 - Emitir DARF para recolhimento das contribuições previdenciárias originadas da EFD-REINF pela própria DCTFWeb, com o intuito de evitar erros em sua impressão e, consequentemente, pendências fiscais dos órgãos ou entidades perante a Receita Federal do Brasil.